

PARECIS SUPERAGRO

Indígenas do Chapadão do Parecis regularizam cultivo de soja e milho em suas terras

Plantio de soja e milho é realizado em 19 mil hectares

Assessoria - Dialog

A produção agrícola mecanizada em terras indígenas existe há pelo menos 15 anos na região do Chapadão do Parecis, em Mato Grosso. O plantio de soja e milho vem sendo feito em municípios como Campo Novo do Parecis, Tangará da Serra, Brasnorte e Sapezal em uma área atualmente de 19 mil hectares, o que corresponde a 1,7% do total da área indígena na região. Para obter a regularização ambiental e posterior licenciamento ambiental da área, foi realizado um estudo em cinco territórios indígenas, cujos detalhes foram

apresentados na Parecis SuperAgro.

“Trabalhamos 15 meses com uma equipe multidisciplinar de 13 profissionais, incluindo cinco indígenas. O licenciamento regularizará e dará legalidade ambiental ao empreendimento. Foram elaborados projetos de obras civis que dão su-

“
Trabalhamos 15 meses com uma equipe multidisciplinar

porte à produção agrícola em uma fazenda, como depósitos de defensivos, de embalagens vazias, oficinas e lava jatos. Fizemos

capacitação de gestão de resíduos sólidos também”, observa Loivio Brum, engenheiro ambiental e consultor da Delta Engenharia e Meio Ambiente, responsável pelo estudo.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Xavier, explica que esse projeto ocupa menos de 2% da área do território indígena. “É importante para que eles possam movimentar economicamente R\$ 140 milhões ao ano, que é o valor arrecadado com a produção agrícola. Isso gera movimentação financeira para os indígenas e para os municípios, além de trazer quem está fora do território para dentro, com acolhimento e garantia de trabalho”, diz.

A importância do momento na Parecis SuperAgro foi destacada pela presidente da Cooperativa Agropecu-



Estudo foi apresentado durante Parecis SuperAgro

ária dos Povos Indígenas Haliti-paresi, Nambikwara e Manoky (Coopihanama), Eliane Aparecida Zoizocairocê. “Estou representando toda a comunidade indígena que está trabalhando com o agronegócio e digo que é possível a gente se desenvolver, sim, com a nossa cultura e as novas tecnologias do dia a dia. Foi uma grande luta e hoje, em memória de muitos que lutaram lá atrás e não estão mais aqui, venho como lide-

rança jovem para continuar o trabalho. Não vamos parar por aqui porque nosso povo precisa disso. Queremos apenas trabalhar para viver dignamente”, ressalta.

O licenciamento ambiental cumpre Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre Ministério Público Federal (MPF), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Funai.

PALESTRA

Brasil tem desafio de separar desmatamento legal de ilegal

A afirmação é do palestrante Rodrigo Lima, na Parecis SuperAgro

Assessoria - Dialog

Apesar de deter a legislação ambiental mais ambiciosa do mundo, o Brasil ainda precisa esclarecer o conceito de desmatamento legal e diferenciá-lo da abertura ilegal de áreas. A afirmação é do sócio-diretor da Agroicone, Rodrigo Lima, que apresentou a palestra Agropecuária, mudanças do clima e mercado de carbono hoje, durante a Parecis SuperAgro 2022.

Segundo o especialista, ainda há muita confusão mesmo entre os órgãos públicos sobre como diferenciar desmatamento

legal de ilegal. E o resultado disso é um prejuízo à imagem do setor produtivo rural.

Rodrigo Lima se apresentou em palestra oferecida pela Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), patrocinadora da feira agrícola. “A agropecuária brasileira está preparada para discutir o que é produção sustentável”, afirma o especialista.

De acordo com ele, o Brasil possui a legislação ambiental mais ambiciosa do mundo, que é o Código Florestal. “Esse instrumento, somado ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), passa uma mensagem superpositiva do País, pois são poucas nações que possuem requisitos de conservação dentro de área privada. O que está faltando é

implementar essa lei de verdade e estampá-la no nosso produto”.

Para Rodrigo Lima, diante a legislação, o país possui argumentos fortes para discutir do ponto de vista internacional o que é produção sustentável. “O que nos pega é o desmatamento ilegal. Esta é uma discussão importante, mas precisamos separar desmatamento legal de ilegal. E isso é uma coisa que os órgãos estaduais, federais e ambientais até hoje não conseguiram fazer de fato”.

Atualmente, os dados de emissões de gás carbônico (CO2) do Brasil são divulgados reunindo em um mesmo item tanto a abertura de terra legal, que segue preceitos da legislação brasileira, do desmate ilegal – que deve ser coibido.



Ele falou sobre mudanças climáticas e mercado de carbono